

Diálogo de surdos .
*Academia e política nas
trajetórias de Florestan
Fernandes e Guerreiro Ramos*

*Braulio T. P. de Matos **

“Alguns cientistas sociais pensam que devemos cultivar um padrão de ensino simplificado e estimular somente investigações sobre a situação histórico-social global, como se nos competisse acumular explicações comparáveis às que o conhecimento do senso comum produziu na Europa.”

Florestan Fernandes. *A sociologia como afirmação*.

“São muito raras as pessoas que são inteligentes em São Paulo e no Rio de Janeiro. Aquele pessoal de São Paulo é inteligente em São Paulo e burro no resto do Brasil. Para você ver: Florestan é burro. Burro! (...) O critério para a avaliação da qualidade não é o sucesso social”.

Guerreiro Ramos. *Entrevista*.

Devo dizer, antes de tudo, que o título do deste ensaio não é propriamente original. Na abertura do **III Congresso Nacional de Sociologia** (Brasília, 1987), Gabriel Cohn, então presidente da SBS, qualificou, *en passant*, como “diálogo de surdos” a polêmica travada entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, na segunda

* Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

metade da década de 1950, acerca dos rumos da sociologia no Brasil. Se interpretamos bem Cohn, o fato significativo terá sido que aquela discussão (i) versava sobre coisas relativamente distintas, (ii) estando os dois polemistas, nos seus termos, certos. Se assim for, acredito poder-se acrescentar ao presente ensaio o subtítulo “*Da arte de não se dar o braço a torcer!*”

Ademais, destacando as teses sustentadas por Florestan naquela ocasião, Cohn disse também que os anos 50 podem ter sido realmente o momento da *sociologia como afirmação* (Fernandes, 1962), mas agora, decorridos trinta e tantos anos, devemos enfrentar um desafio intelectual novo, o momento da *sociologia como interrogação*.¹

O objetivo deste ensaio será encontrar o alfabeto específico que traduz e incentiva o diálogo entre Guerreiro e Florestan, tendo em vista não somente o valor histórico intrínseco desse evento, mas também a atualidade que aquela problemática continua a ter no campo intelectual do país.

Sobre a relevância intelectual de nossos autores, há pouco o que falar. Embora Guerreiro Ramos seja hoje, em larga medida, um ilustre esquecido das velhas gerações (e desconhecido das novas), ambos são autores consagrados (clássicos) no âmbito do pensamento social brasileiro. O relativo esquecimento de Guerreiro se explica, em boa medida, (i) pelo desfecho histórico do ciclo nacional-populista, (ii) pelo interregno ditatorial e (iii) pela reedição recente da luta pela democracia no Brasil focalizando a *universalização da cidadania* e não mais a *autodeterminação nacional*. Nessas condições, porém, é evidente que esse relativo ostracismo não constitui o melhor parâmetro para avaliar a obra de Guerreiro. Estamos mesmo convencidos de que a superação desse esquecimento acompanhará a democratização do país e o revigoramento da sociologia brasileira. À busca de um melhor critério avaliativo, deve-se considerar, por exemplo, que as pesquisas pioneiras de Wanderley Guilherme dos Santos (1966, 1967 e 1970)

¹ Cf. a síntese da apresentação de Gabriel Cohn em Figueiredo (1987).

nesse campo identificaram então apenas doze trabalhos voltados para o ordenamento geral da evolução intelectual brasileira, sendo quatro deles de autoria de Guerreiro e três de Florestan.²

Quais seriam, então, os motivos reais do diálogo entre eles?

De imediato, constitui marco importante da discussão uma moção apresentada por Guerreiro ao *II Congresso Latino-Americano de Sociologia*, realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1953. Ocupando a presidência da *Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais*, Guerreiro apresentou sete teses em sua moção, derrotada por 22 votos contra e 9 a favor. Dentre elas importa aqui destacar as seguintes (Ramos, 1957:77-78):

“As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos.(...)”

No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimento em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parcial das estruturas nacionais e regionais. (...)

Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações.”

² Essa trilogia de pesquisas realizadas por Wanderley Guilherme constitui, sem dúvida alguma, um marco importante na quebra do monopólio exercido nessa área pela chamada “historiografia das idéias”, e enseja uma retomada da sociologia do conhecimento (talvez em bases menos pretensiosas do que a proposta por Mannheim, Mauss e outros no começo do século, mas, nem por isso, menos útil). Pode-se dizer, inclusive, que a perspectiva aberta por Wanderley há duas décadas atrás não foi devidamente assimilada pelos especialistas na área, haja vista a pouca criatividade e timidez compreensiva dos estudos publicados de lá para cá. Entre as exceções destacamos a forma de abordagem da crítica à Euclides da Cunha realizada por Almeida (1987).

Contra essa posição, voltaram-se Roger Bastide (1953) e especialmente Florestan, que em seguida escreveria o seguinte (Fernandes, 1977):

“Nenhum cientista conseguirá pôr a ciência a serviço da comunidade, sem observar, de modo íntegro e rigoroso, as normas e os valores que regulam a descoberta, a verificação e a aplicação do conhecimento científico.”

É fácil, e curioso, notar que essas posições tendem a não parecer contraditórias aos olhos do leitor de hoje. Elas inspira-nos mesmo um *sentimento de complementaridade*. Em si mesmo, isso já indica que aquela discussão refletia mais do que uma discordância acerca da “escala ideal” de pesquisa ou dos critérios de alocação de recursos em ciência e tecnologia. E para melhor entendê-la cabe analisar o lugar das obras de Guerreiro e Florestan na história intelectual brasileira.

Nesse sentido, temos duas considerações a fazer.

Em primeiro lugar, parece-nos que o sentido originário da produção de Guerreiro e Florestan está vinculado a *momentos distintos* da história política e social brasileira, não obstante a acentuada proximidade entre eles em termos de idade (Guerreiro nasceu em 1915 e Florestan nasceu em 1920). Tal afirmativa tem por base a nossa hipótese de que a “imaginação sociológica brasileira” - no sentido proposto por Wanderley Guilherme e não por Whright Mills - pode ser ordenada, do período colonial até agora, em *três grandes momentos*, momentos esses que têm como constantes genéricas, como panos de fundo compreensivos das diversas interpretações, *atribuição de sentido a três grandes desafios*. Essas terão sido as buscas (a) da **nacionalidade**, (b) da **modernização**, e (c) da **democracia**. Ademais, parece-nos também que o desenvolvimento histórico extremamente segmentado do Brasil (dualizado, incompleto, etc) tanto tem impedido as tentativas de resolução definitiva desses momentos em um sentido evolutivo, quanto tem caracterizado um processo de rebatimento permanente entre o momento crucial e os momentos residuais. Assim sendo, tal característica acaba por relativizar a própria periodização da historiografia que nos parece mais próxima desse padrão de

ordenamento, qual seja: a) o sentido da nacionalidade: da independência até 1930; b) o sentido da modernização: ao longo do ciclo populista; e c) o sentido da democracia: do golpe militar de 1964 até hoje. Sob essa perspectiva, acreditamos que (i) a força de expressão de cada um dos dois autores analisados aqui é *proficiente em momentos relativamente distintos* (o sentido da modernização em Guerreiro e da democracia em Florestan), e que (ii) a polêmica entre ambos constitui um indicador significativo da *instabilidade resolutive da modernização e da democracia em nosso meio*.

Em segundo lugar, visando ainda entender melhor a abrangência e os condicionamentos históricos das obras de Guerreiro e Florestan, vale a pena refletir sobre algumas relações significativas entre espaço, política, razão sociológica e academia pertinentes ao caso.

Institucionalização da sociologia e ciclo populista

Segundo muitos estudiosos, a Revolução de 30 constitui marco histórico de um processo de reformas políticas e econômicas a um só tempo modernizante e conservador. Essa “modernização conservadora” não apenas recriou uma nova organização social segmentária (sociedade de classes), mas também assegurava o continuismo de grupos tradicionalmente dominantes (latifúndio, patrimonialismo etc). Ao longo desse processo histórico, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo aprofundaram importantes diferenças “funcionais”, na medida em que o Rio confirmava a sua condição de **centro político nacional**, e São Paulo, derrotado o **Movimento Constitucionalista de 1932**, aprofundava a sua hegemonia como **centro econômico nacional**. Nesse sentido, Rio e São Paulo atuavam como ambientes intelectuais diferenciados, predispondo as matrizes sociológicas elaboradas na capital política por um tipo de racionalidade mais “substantiva” e as matrizes sociológicas elaboradas na “capital econômica” para um tipo de racionalidade mais “instrumental”.

São Paulo sai na frente do Rio no processo efetivo de institucionalização da sociologia (ensino superior e pesquisa). O Manifesto da Escola de Sociologia e Política (1933) é coerente com a posição das elites paulistanas, que, sob os influxos (i) dos novos problemas postos pelo crescimento urbano-industrial, (ii) da derrota de 1932, e (iii) da exposição intelectual à tradição européia, confere à institucionalização da Sociologia uma orientação mais instrumental do que política. O próprio Florestan Fernandes afirmaria em 195 que essa institucionalização visava primordialmente (i) a educar novas gerações para a *administração* e (ii) a criar recursos para a *solução racional dos problemas* (Fernandes, 1977). Assim, tanto a Sociologia inicialmente produzida na *Escola de Sociologia e Política* e na *Universidade de São Paulo* (fundada em 1934), quanto a Sociologia produzida pelo *Centro de Estudos da Sociedade Industrial-CESIT*, instituição criada em 195 sob patrocínio da CNI (Roberto Simonsen) e do Governo do Estado de São Paulo, comportam essa predisposição estrutural.

É interessante também observar que no âmbito do ensino secundário nacional, diferentemente da institucionalização da Sociologia no ensino superior, a orientação pragmática que se associou com as ditaduras bloquearam a consagração formal da Sociologia no sistema educacional. Pouco tempo após Francisco Campos ter introduzido o ensino obrigatório de Sociologia no secundário, a *Reforma Capanema*, referência importante da política educacional estadonovista, voltaria atrás, suprimindo essa obrigatoriedade.³ A retomada do interesse geral pela Sociologia ocorrerá especialmente com a redemocratização interna de 1945-46 e com os movimentos anticolonialistas no terceiro-mundo, confrontos esses que estimularam a tomada de consciência política e teórica do subdesenvolvimento.

³ Desde então até recentemente, apenas em São Paulo e nas escolas normais espalhadas pelo País subsistiram cursos de sociologia no ensino básico, ainda assim marcados por um durkheimianismo de segunda classe. A propósito, agora se reintroduziu a sociologia no 2º grau, é importante estudar os manuais adotados naquele momento, bem como os manuais de OSPB e EPB adotados durante o regime ditatorial militar, vazados integralmente por um moralismo autoritário e medíocre.

Nesse panorama, é compreensível que a sociologia elaborada no Rio de Janeiro tenha tendido mais para a roupagem institucional de um ISEB do que para o modelo acadêmico da USP ou para o modelo técnico do CESIT. É compreensível ainda que tais condicionamentos “ecológicos” tenham repercutido internamente nas obras de Guerreiro e Florestan em termos de recortes temático-problemáticos diferenciados, o que ajuda a explicar, naquele momento, o pendor de Guerreiro para os estudos da política brasileira e a atenção especial conferida por Florestan ao entendimento de nosso sistema escolar.

Sobretudo Guerreiro procurou explorar o significado político daquela polêmica acerca dos rumos da Sociologia brasileira. Orgulhoso de sua inteligência e convencido de que a ingenuidade cientificista de seu interlocutor representava não somente um erro teórico mas também um engano político, Guerreiro procurou extrair da polêmica o máximo de energia para um projeto político que mais adiante ganharia uma feição revolucionária, a chamada “revolução nacional brasileira”.⁴ Em contrapartida, o engajamento de Florestan na campanha de defesa do ensino público render-lhe-ia certo desapontamento com o presidente João Goulart, uma vez aprovada a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* vulnerável à privatização do ensino. Em face dessa situação, no frígido dos ovos, com a derrubada do governo constitucional em 1964, a validade dos argumentos teóricos até então contundentemente sustentados por Guerreiro passaram a ser balizados pelo fracasso do projeto político com o qual ele se comprometera. Esquecimento político e/ou refutação científica, como já o dissemos, assolaram então a obra de Guerreiro.

⁴ Se é válida a crítica de Guerreiro ao cientificismo desse primeiro Florestan, o mesmo não pode ser dito com tranquilidade do ponto de vista científico. Isso porque mesmo os “estudos de comunidade” no Brasil nem sempre padecem da timidez teórica que caracterizaram os similares norte-americanos. Aqui tais estudos proporcionaram conhecimentos interessantes sobre certas formas de sociabilidade (arte, negritude etc) que talvez ainda não tenham sido totalmente valorizadas pela ciência social nacional.

Entretanto, considerando que a identificação imediata entre eficácia política e validade teórica advém de uma filosofia da história exageradamente funcionalista, torna-se necessário ter em conta as mediações entre verdade científica e destino político para avaliarmos melhor as obras de nossos autores.

Balances críticos do pensamento político-social brasileiro

A reflexão de Weber sobre a ciência e a política como “vocações” ajuda a compreender também a dificuldade de se compatibilizar as condições de crítico e de discípulo. Isso tem a ver com o nosso assunto na medida em que as arestas não aparadas daquela polêmica entre Guerreiro e Florestan renderam entre ambos, bem como entre os seus seguidores, preconceitos suficientes para atrapalhar o própria qualidade dos balances críticos dessas obras.

O relativo ostracismo de Guerreiro, em certo momento conhecido como publicista brilhante, ocorreu paralelamente à notoriedade pública de Florestan, o que colocou (i) os seguidores deste em uma posição vantajosa quanto à avaliação (muitas vezes apressada demais) da obra do primeiro, e (ii) os seguidores daquele em uma posição exageradamente apologética (portanto, acrítica) em relação ao mestre. Afinal, como não se deixar encantar pelo analista político que em 1963 dizia (Ramos, 1963:53-54):

“O êxito do Sr. Leonel Brizola depende da acurácia de sua avaliação dos acontecimentos, segundo o ‘princípio dos limites’. Ser estrela ou meteoro é o dilema que virá. Poderá permanecer por muito tempo em crescente eminência em nosso panorama político, se ajustar a sua conduta às circunstâncias. Caso contrário, isto é, se tentar substituir-se ao curso dos fatos ou destorcê-los em incontido impulso subjetivo, poderá ser repentinamente expelido do proscênio político para as penumbras onde mergulham os meteoros.”

Um profeta ou um iniciado em estilo literário “astrológico”? O que constatamos, isto sim, são, de um lado, deferências quase sagradas ao mestre, e, de outro lado, críticas de natureza dogmáticas. Essas parecem ser, por exemplo, as perspectivas de Oliveira (1983, p. 11):

“O sentido profético que, para nós, representa o elemento de continuidade na obra de Guerreiro Ramos, vem associado a uma preocupação política e científica.”

E de Vanilda Paiva:

“Que Guerreiro Ramos tinha deixado sempre mais claro a sua opção coerentemente burguesa e que Vieira Pinto se tenha visto envolvido no emaranhado de contradições resultantes de uma opção à esquerda, do ponto de vista político-partidário no início dos anos 60, só tem importância para avaliar a influência de cada um destes autores, uma vez terminados os anos 50: Vieira Pinto mereceu uma espécie de ‘releitura à esquerda’ que ninguém pretendeu fazer com a obra de Guerreiro Ramos”.

Entretanto, existem análises mais dosadas de vigilância crítico-normativa sobre as obras de nossos autores. Exemplo disso são os estudos já mencionados de Wanderley Guilherme, especialmente um deles, no qual Santos mostra que Guerreiro e Florestan abordaram a história intelectual brasileira com vistas a *descobrir a lógica fundamental de produção dessas interpretações*. Pretendiam, portanto, ir além dos arranjos classificatórios superficiais (seqüência cronológica etc). Mostra ainda que os modelos de ordenamento construídos por eles assemelham-se por serem dicotômicos e distinguem-se quanto à categoria básica que polariza as classificações: Sociologia colonial *versus* Sociologia nacional, no caso de Guerreiro; e Sociologia pré-científica *versus* Sociologia científica, no caso de Florestan.

Não vem ao caso aqui expor as ponderações críticas propostas por Santos em relação às abordagens de Guerreiro e Florestan, ponderações com as quais concordamos. Interessa-nos, isto sim, indicar o sentido básico da avaliação de Santos, pois não caberia aqui (i) nem traçar uma visão panorâmica da obras nesses autores⁵, (ii) nem

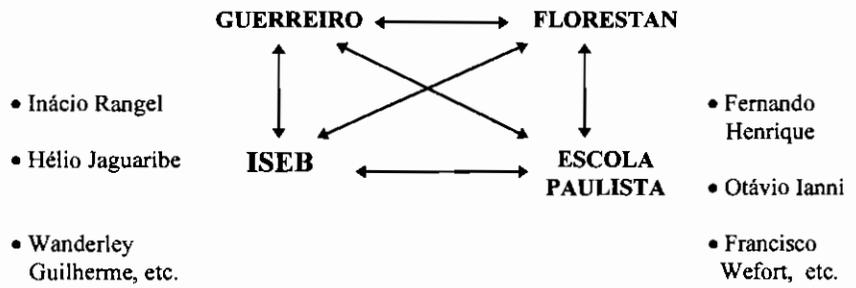
⁵ Lembramos pelo menos dois trabalhos representativos nesse sentido. A Fundação Getúlio Vargas promoveu o “Simpósio Guerreiro Ramos” (RAP, 1983) e a UNESP -Marília promoveu a “Jornada de Estudos Florestan Fernandes”.

discorrer criticamente acerca das inúmeras teses específicas contidas nessas obras.

Também Sadek (*BIP*, n. 12) realizou um estudo interessante sobre os paradigmas de análise do pensamento social brasileiro. Sob essa perspectiva, a obra de Guerreiro se enquadra no *paradigma nacionalista* e a de Florestan, com algumas ressalvas, no *paradigma classista*. De nossa parte, apenas relativizaríamos um pouco o valor da crítica paradigmática em ciência social. Isso porque a questão das “escolas” e das “metodologias” tem sido demasiadamente eivada de preconceitos ideológicos. Vanilda Paiva, por exemplo, julga correta “no atacado” a crítica feita por Caio Navarro de Toledo ao ISEB (Toledo, 1977), embora considere que “no varejo” se possa reexaminar eventuais contribuições individuais. Pensamos, contudo, que as mediações teóricas e políticas entre Guerreiro e o ISEB, Florestan e a “Escola Paulista” (Diagrama 1) são de maior envergadura do que a crítica paradigmática consegue compreender. Nesse sentido, lembramos aqui o bem cuidado, ainda que breve, ensaio de Liedke Filho (1978) sobre os fundamentos e a evolução heterogêneos da Escola Paulista.

De um modo especial, contudo, interessa-nos aqui o estudo de Bárbara Freitag (1986) acerca do *percurso epistemológico* da obra de Florestan. Com base nessa perspectiva crítica, propomos no tópico a seguir uma comparação entre Florestan e Guerreiro.

Diagrama 1



Uma hipótese interpretativa: rupturas epistemológicas inversas

De acordo com a investigação de Freitag, ocorreu na obra de Florestan uma “ruptura epistemológica” cujo marco histórico-biográfico pode ser identificado na aposentadoria compulsória imposta a esse cientista pela ditadura militar em 1969. Esse corte reflete então a separação da vida e obra de Florestan em dois momentos (Freitag, 1989, p. 20-21):

“Em sua fase acadêmico/reformista Florestan Fernandes atribui à universidade um peso decisivo na democratização e reestruturação da sociedade brasileira. Orientando-se teoricamente nos modelos de planejamento social de Mannheim e Freyer, acredita que os impulsos para uma mudança social planejada podem ser dados a partir das escolas e dos centros universitários, onde educadores, cientistas sociais e intelectuais assumiriam a liderança no processo controlado de mudança. Com seus instrumentos racionais de análise (ciência) e controle (planejamento) dos processos societários, acreditava poder intervir conscientemente na dinâmica histórica, desencadeando, com auxílio da educação e conscientização radical na sociedade (“Fundamentaldemokratisierung”, segundo Mannheim). Seria a ‘intelligentsia’ desarraigada dos interesses de classe imediatos, que tomaria em mãos o destino da nação conduzindo-a de forma segura para formas democráticas igualitárias e justas de organização social (...) Em sua fase político/revolucionária, Florestan Fernandes abandona a concepção ‘elitista’ da universidade e desloca para fora da universidade o centro dinâmico das transformações. Passa agora a ver na revolução proletária, nos termos clássicos de Marx/Engels, a força histórica capaz de revolucionar a sociedade e de engendrar também nas universidades, transformações radicais no Brasil.”

Procurando não reduzir a complexidade desse processo a um modelo linear de evolução, Freitag (idem, p. 21-22) observa que os dois momentos acima descritos estão imbricados no desenvolvimento de toda a obra de Florestan, o que equivale a dizer que:

“... o Florestan revolucionário já se encontrava, em embrião, no Florestan reformista, e este antecipa em vários momentos o Florestan revolucionário. Isso se evidencia em sua própria condição de intelectual ‘desenraizado’. Dialectizando-se o Florestan apoiado nas teorias de Mannheim, obtém-se o socialista

revolucionário apoiado em Marx. Mas em um e outro caso estamos diante do intelectual radical, 'frieschwebend' desvinculado de suas bases.

Enquanto acadêmico, falava das classes oprimidas para estudantes oriundos das classes burguesas; enquanto revolucionário fala em nome dos proletários para leitores sensibilizados com ele pela luta de classes mas que provavelmente não são operários. Enquanto acadêmico tinha uma plataforma mas estava longe da revolução. Enquanto revolucionário, está próximo, ideologicamente, da luta de classes, mas não tem plataforma.

Nos dois momentos, antes e depois do corte, existe, no entanto, uma continuidade básica: uma total entrega de si mesmo, uma lealdade, que muitos não hesitaram em classificar de quixotesca, à causa popular, pouco importando, nessa perspectiva, se no primeiro momento ele vê a universidade como polo dinâmico capaz de revolucionar a sociedade, ou se no segundo momento vê a sociedade como origem das forças que vão acabar revolucionando a universidade. Nos dois casos, Florestan está sendo fiel aos oprimidos, à ciência e a si mesmo.”

Naturalmente, a tese de Freitag pode suscitar polêmicas, a começar pela eventual reação do próprio autor “enquadrado”. Despida de sua arrogância potencial, aceitamos a tese weberiana de que podemos conhecer César melhor do que ele próprio. No caso dos intelectuais revolucionários, pode ser que a superestimação da “coerência de princípios” acabe mesmo por dificultar ainda mais o auto-reconhecimento da *unidade intencional* da obra em questão.

A tese de Freitag parece-nos consistente e nenhuma análise imparcial deixaria de notar o corte epistemológico apontado por ela entre o Florestan acadêmico e reformista de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* e o Florestan político⁶ e revolucionário de *Nova República?*.

Também a obra de Guerreiro Ramos, e aqui a *nossa hipótese comparativa*, sofreu um corte epistemológico similar (porém, em sentido inverso) ao ocorrido com Florestan Fernandes. O ponto de inflexão que marca esse corte constitui a cassação em 1964 do mandato de deputado federal pelo PTB carioca que Guerreiro vinha exercendo.

⁶ Poucos meses depois do estudo de Freitag, Florestan foi eleito deputado federal pelo PT paulista.

Em 1966, ele buscou exílio voluntário nos EUA, tendo sido acolhido pela *Universidade do Sul da Califórnia*, onde iniciou um ciclo de atividades exclusivamente acadêmico. A repressão advinda do Golpe de 1964, além de render um profundo desencanto com o destino político do Brasil, fomentou uma guinada epistemológica importante na obra de Guerreiro.

O diagrama 2 sintetiza as principais rupturas que estamos assinalando aqui.

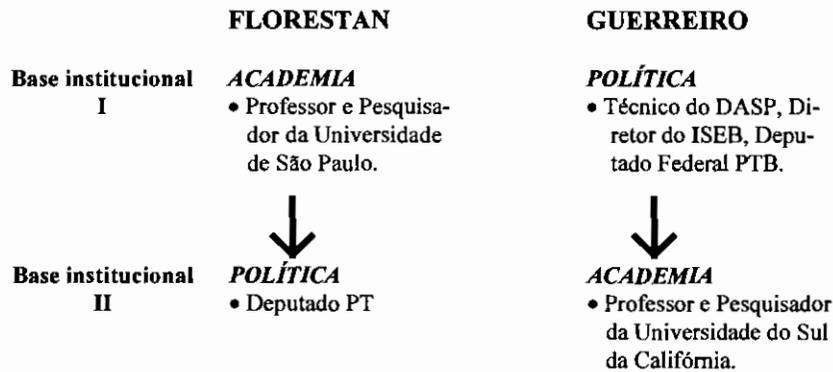
Não vem ao caso aqui nos determos numa amostra de textos demonstrativos dessa ruptura, pois não é preciso muito esforço para identificar um Guerreiro entusiasta do historicismo de Manheim nos anos 50 e um Guerreiro que busca fundar uma teoria social com base numa racionalidade substantiva no começo dos anos 80 (em bases “ecológicas” e anti-historicistas). Apenas a título de exemplo, confira-se o lugar superior ocupado pela categoria nação na obra do autor na década de 1950-59 (Ramos, 1957, p. 22):

“A contribuição que o sociólogo pode oferecer aos responsáveis pela segurança nacional consiste exatamente em mostrar qual o conteúdo ideológico que esta deve ter em dado momento, a fim de lhe assegurar o maior grau possível de funcionalidade histórica.”

E a relativização da categoria nação na nova postura dos anos 70/80 (Ramos, 1983, p. 39):

“A administração pública, particularmente a administração do desenvolvimento, tem sido historicamente associada com o conceito de Estado-Nação. Enfrenta agora um dilema: embora o Estado-Nação ainda possa ter um papel a desempenhar, torna-se muitas vezes um percalço ao desenvolvimento do mundo. É preciso fazer uma escolha. O mundo não é somente uma categoria de análise científica mas também, conforme assinalamos, um objeto de *cathesis* ética. O tradicional conceito que associa administração pública com Estado-Nação expõe os administradores a ambigüidades. A ambigüidade é um característico constante da condição humana, mas a maneira pela qual o homem dela se liberta poderá, ocasionalmente, prejudicar o etos da ciência e da erudição.”

Diagrama 2



Estamos convencidos, pois, que a repressão sinaliza na obra de Guerreiro um movimento em sentido inverso ao de Florestan: do Guerreiro revolucionário de *A crise do poder no Brasil* (1961) para o Guerreiro acadêmico de *A nova ciência das organizações* (1981).⁷ E note-se que também no caso de Guerreiro (i) não cabe conceber esses momentos como estanques, (ii) nem confiar o sentido de sua obra tão-somente à auto-imagem do autor.

Pois bem. Todas as razões já apresentadas tornam evidente nossa afirmativa de que a natureza fundamental da polêmica Guerreiro/Florestan transcende o desentendimento acerca da

⁷ É oportuno notar que a obra da segunda fase de Guerreiro mantém-se ainda pouco conhecida, o que prejudica o entendimento pleno de sua de sua produção. Rouanet (1986), por exemplo, além de promover um enquadramento questionável de Guerreiro entre os nacionalismos xenófobos e tecnocratizantes, perde por desconsiderar o esforço original que esse autor vinha desenvolvendo no resgate da razão como guia da conduta humana (tema tão caro e competentemente tratado pelo próprio Rouanet). Sobre esse último aspecto, desenvolvemos algumas idéias em Matos (1988).

Sociologia ideal para o Brasil. Há aspectos muito mais permanentes unindo e afastando esses dois autores. Basta notar algumas semelhanças significativas, como: (a) ambos são homens radicais que assumiram posturas independentes em relação às esquerdas hegemônicas no País; (b) ambos tiveram uma formação intelectual vasta e foram muito influenciados por autores como Mannheim e Weber; (c) ambos dedicaram à negritude trabalhos importantes e investidos de interesse militante.⁸

Entretanto, em que pese ao distanciamento real entre um e outro, diríamos que o pano de fundo que confere melhor compreensão a essa polêmica consiste no entendimento (implícito e explícito) diverso desses intelectuais sobre os *rumos da chamada "revolução brasileira"*. Esse *leitmotiv* emergirá vigorosamente na razão direta da radicalização política de cada um deles, segundo suas ideologias e plataformas de atuação.

⁸ Na medida em que as disposições emocionais tenham dimensão sociológica, é interessante mencionar aqui que a primeira aproximação crítica de Guerreiro em relação a Florestan foi extremamente generosa (Ramos, 1953, p. 30): *"Parece que Florestan Fernandes vai situar-se do mesmo modo que Fernando Azevedo. E ainda bem, pois não vejo quem melhor do que ele esteja preparado para missão tão importante. Florestan Fernandes é bem representativo da experiência universitária paulista, seu símbolo vivo, visto que fruto do que proporcionou de melhor. Sua carreira é a que tem transcorrido dentro dos trâmites universitários mais rigorosos. Seria monstruoso distraí-lo do seu esforço de criação teórica, plano em que certamente o Brasil dará com ele, o seu primeiro clássico universal, no campo da antropologia."*

Que contraste com a opinião emitida pelo último Guerreiro sobre Florestan, citada no início deste ensaio. Aliás, a entrevista de Guerreiro à Lúcia Lippi e Alzira Alves em junho de 1981, nove meses antes de morrer, mereceria uma análise à parte. É difícil compreender o misto de ironia e vaidade contido nessa entrevista. O tom quase ressentido desse depoimento não se ajusta à modéstia altiva do intelectual mulato dos anos 50.

De outra parte, não se pode dizer também que Florestan mantido uma singular "neutralidade emocional" em relação a Guerreiro. Contou-nos um fã de Guerreiro que procurou Florestan e propôs-lhe a inclusão do sociólogo baiano na coleção "Grandes cientistas sociais". Florestan teria categoricamente desconversado o assunto.

Não obstante o fato de Guerreiro e Florestan terem sempre atuado em ambientes institucionais relativamente distintos, o entendimento diverso que eles têm do *populismo*, quer teoricamente, quer politicamente, é profundamente significativo, em se tratando da questão da transformação profunda da sociedade brasileira.

Guerreiro (de modo explícito na primeira fase) concebe *positivamente* a política populista como um tipo de poder (i) que corrige em parte a sub-representação política inerente a uma organização predominantemente oligárquica de poder e (ii) que empolga o interesse popular pela recomposição partidária (Ramos, 1961).

Florestan (de modo explícito na segunda fase) concebe *negativamente* a política populista como técnica manipulatória e simples “comércio político entre legitimação e migalhas” de um poder essencialmente burguês (Fernandes, 1981).

Dados os exercícios parlamentares de Guerreiro (PTB) e Florestan (PT), os projetos e pronunciamentos por eles apresentados constituem, sem dúvida alguma, uma excelente fonte para a análise da visão de ambos acerca das possibilidades e limites da vida política nacional. Naturalmente, em se tratando de um acervo de aproximadamente duzentos textos, em grande parte de conteúdo profundo e variável, não caberia no escopo deste ensaio analisá-los em detalhe. É possível, entretanto, indicar com certa segurança o sentido geral das perspectivas político-ideológicas assumidas por eles em suas investidas parlamentares.

Nesse sentido, é notável o combate desfechado pelo deputado petebista Guerreiro Ramos contra a extremização do jogo político no início dos anos 60 - de um lado, o udenismo lacerdista; de outro, o marxismo-leninismo pecebista - por entender, com incrível lucidez, que tal artifício agravava ainda mais a decomposição do centro político sem oferecer nenhuma alternativa progressista viável para a sua reconstrução. Em compensação observamos também que, apesar de sustentar uma tese arrojada sobre alguns requisitos necessários para a reconstrução do centro de poder nacional (reforma monetária envolvendo um novo mercado de capitais e um novo padrão de

financiamento do setor público, política salarial baseada em escala móvel de salários etc), Guerreiro subestima (ou finge subestimar) a disposição conservadora da burguesia nacional e do estamento superior militar aos quais confiava a direção do pacto populista e do processo de modernização nacional. Prova disso, vemos no magistral discurso apresentado por ele em janeiro de 1964 na Câmara dos Deputados, prenúncio da tragédia que viria assumir com o preço do silêncio e do exílio (Guerreiro, 1987:597-600):

“Sr. Presidente, quase todos nós, nesta Câmara, sabemos mais do que podemos: quase todos nós nesta Câmara estamos sem as condições de garantias necessárias para dizer tudo o que sabemos.

(...)Porque na vida política estamos compelidos a filtrar sempre aquilo que sabemos, pois o público em geral não pode tomar conhecimento dos bastidores da política tal como realmente as coisas são.

(...)Sr. Presidente, há uma logística do golpe. Do ponto de vista material, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o golpe é uma operação singela, é uma operação cujas regras estão compreendidas em opúsculos, em obras que qualquer adolescente pode assimilar. (...)Mas o golpe, Sr. Presidente e Senhores Deputados, não consiste apenas na operação da logística e sem está sujeito a leis sociais, a leis sociológicas, sim a convivência das quais esta operação de logística é vã e fortuita. ... não sou nenhum romântico. Devo declarar aqui, com a maior clareza, que não tenho nenhum romantismo jurídico em relação ao golpe. Se houvesse, Sr. Presidente, as condições sociais maduras para que um golpe fosse dado, mas um golpe de que fosse titular o operariado brasileiro, a Nação brasileira, contra aqueles que querem escravizá-la, eu seria adepto deste golpe. Mas falo, aqui, menos como um parlamentar, falo mais como sociólogo: hoje não vejo condições para que vingue em nosso País, um golpe que seja favorável aos interesses da Nação brasileira. E por isso digo que as classes avançadas, progressistas, do Brasil não podem senão repelir aqueles que pensam em um regime de exceção para este País. **Rasgarei o meu diploma de sociólogo, empenho a minha palavra de profissional da Sociologia na convicção de que é impossível vingar uma operação que, neste momento da vida nacional, tente levar este País a um regime de ruptura da legalidade.** Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nas condições atuais do Brasil, o golpe, seja ele que for, seria a internacionalização do Brasil.” (grifos nossos - BTM).

Quanto a Florestan, é notável o fulgor crítico do deputado petista na Constituinte de 1987-88 contra um capitalismo cuja contemporaneidade histórica se fundamenta na exclusão de milhões de

deserdados no País. Em compensação, observamos também que apesar de sugerir uma tese interessante sobre a tendência potencialmente socialista da luta pela democracia no Brasil, Florestan sustenta uma questionável identidade política entre a “pobreza lumpesinada” e o movimento operário.

Em suma, à parte a confluência humanista entre Guerreiro e Florestan, uma análise mais detida de suas ideologias políticas permite afirmar que realmente há divergências significativas entre ambos quanto ao entendimento das alternativas possíveis à crise brasileira, fenômeno que se materializa diretamente nos projetos por eles apresentados na Câmara dos Deputados (com ênfase na política econômica e na governabilidade no caso de Guerreiro, e na educação e na questão social no caso de Florestan).

Possibilidades e limites da conjugação de perspectivas.

Até certo ponto, como se vê, é possível pensar na obtenção de um consenso crítico entre Guerreiro e Florestan, desde que (i) os malentendidos (de boa e de má fé) daquela primeira polêmica entre eles sejam desfeitos, e (ii) as diferenças de perspectiva de suas obras sejam interpretadas numa linha de complementaridade. Sob esse último ponto, considerando-se o duplo (e inverso) movimento de corte epistemológico aludido, dever-se-ia pensar na compatibilidade entre “política” científica defendida pelo primeiro Florestan (e parcialmente adotada pelo segundo Guerreiro) e a “racionalidade” política defendida pelo primeiro Guerreiro (e a parcialmente adotada pelo segundo Florestan). Em outras palavras, poder-se-ia pensar numa conjugação de perspectivas como se um tivesse aprendido com o outro, inconscientemente ou sem o querer declarar. Isso tornaria mais compreensível a deparação, na segunda fase de ambos, com um Florestan dedicado ao estudo da dependência nacional e um Guerreiro diretamente envolvido com os critérios de seleção de docentes na Universidade do Sul da Califórnia.

Entretanto, esse tipo de compatibilização contém limites muito significativos. Além da irredutibilidade de certos valores concernentes, teórica e praticamente, à natureza da crise brasileira, como a eleição conjuntural de agentes hegemônicos diferentes (burguesia nacional no caso de Guerreiro e trabalhadores no caso de Florestan), *factos novos* têm transformado o cenário vivido por Guerreiro e Florestan, incluindo aí a emergência de *novos conhecimentos*. Textos e contextos, nesse sentido, precisam ser reestudados para sabermos o quanto as obras deles dão conta dessa nova quadra histórica.

Considere-se, por exemplo, as importantes mudanças ocorridas nos contextos ecológicos imediatos de nossos autores, contextos esses que procuramos caracterizar no começo desse ensaio.

De modo mais incisivo após o Golpe de 1964, o centro político nacional tem se deslocado cada vez mais do Rio de Janeiro, passando essa função a ser “disputada” entre Brasília, que detém formalmente tal vocação (Schmidt, 1986), e São Paulo, centro nervoso do conflito capital-trabalho. Assistimos, pois: de um lado, o Rio de Janeiro dos tempos do ISEB (marcado por vocação política e influência existencialista) transformar-se no Rio do IUPERJ (marcado por vocação acadêmica e influência weberiana, entre outras); de outro lado, São Paulo dos tempos da Escola de Sociologia e Política (marcada por vocação acadêmica e influência funcionalista) transformar-se na São Paulo do CEBRAP (marcado por vocação política e influência marxista, entre outras).⁹

Apenas a observação dessas mudanças de ordem contextual, que envolvem ainda as transferências residenciais de Guerreiro para os EUA e mesmo de Florestan para Brasília (parcial), seriam suficientes para por em questão a atualidade integral das teorias propostas pelos

⁹ Cabe aqui fazer uma restrição ao valor de simplificações do tipo Rio de Janeiro-centro político/São Paulo-centro econômico. Embora válidos, os modelos simples não devem substituir a investigação da riqueza dos acontecimentos históricos. Basta considerar, por exemplo, que a criação da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, em 1956, no âmbito da UFMG, representou um marco importante na formação da ciência política brasileira.

primeiros Guerreiro e Florestan. Mas, a rigor, caberia ainda considerar, de modo, especial, as relevantes mudanças ocorridas em relação às problemáticas (i) da institucionalização das ciências sociais e (ii) do desenvolvimento do sistema político no Brasil. Em relação à instituição acadêmica, no que valha a tese de Cohn de que o momento afirmativo da Sociologia vem perdendo vigência para um momento de interrogações acerca do sentido da Sociologia no Brasil, as teses (e a programação) do primeiro Florestan precisam ser criticamente reaproveitadas. Após terem sido empurradas pela ditadura para uma espécie de hiperpolitização (Sorj, 1988), as ciências sociais brasileiras vivem agora um movimento para dentro da comunidade científica, introversão essa reforçada por uma certa saturação do mercado de trabalho na área (Schwartzman, 1987). Obviamente, essa nova realidade potencializa novas formulações teóricas para problemas também novos, como a emergência de uma tensão entre os predicados da competência profissional e certas formulações corporativas (civis) no nível da vida sindical (Giannotti, 1990, e Campos, 1984).

Em relação ao sistema político, na medida em que a acentuada feição “oriental” do Estado brasileiro vem cedendo terreno à “ocidentalização”¹⁰, as teses (e a programação) do primeiro Guerreiro também precisam ser criticamente reaproveitadas. A expansão urbana e a emergência, ainda que precária, de um novo tecido de organizações civis (movimentos sociais urbanos, sindicalismo independente etc), bem como profundas transformações no âmbito da divisão internacional do trabalho (novo plano de tensões entre estados nacionais e corporações transnacionais etc), impõem novas questões teóricas e práticas sobre a temática do populismo.

Em relação a qualquer uma dessas duas grandes temáticas, contudo, o que pretendemos ressaltar aqui foi que as obras de Guerreiro e Florestan contribuíram em muito para a compreensão da realidade brasileira. O objetivo deste ensaio foi sobretudo sugerir que a sociologia brasileira teria muito a ganhar criando condições intelectuais para o aprofundamento do diálogo entre eles, já que a

¹⁰ Sobre a distinção entre estado ocidental e oriental, cf. Gramsci (1978).

surdez, em certos casos, poder ser menos uma patologia de natureza fisiológica do que ideológica.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. W. B. de. Uma genealogia de Euclides da Cunha. In: VELHO, G. *Arte e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- _____. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1977.
- _____. A sociologia como afirmação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. II, n. 1, p. 3-39, mar. 1962.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *O processo constituinte*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.
- FIGUEIREDO, V. M. (org.) *Sociologia, sociologias*. Brasília, Sociedade Brasileira de Sociologia, 1987 (III Congresso Brasileiro de Sociologia).
- FREITAG, B. *Universidade e democracia*. Brasília, 1986. Mimeo.
- GRAMSCI, Antônio. *Obras escolhidas*. Trad. Port. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- IANNI, O. *Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira*. Marília, 1986. Mimeo.
- LIEDKE FILHO, E. D. Teoria social e método na Escola da USP (1954-1962). *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, a. VI, 1978.
- MATOS, B. T. P. de. *Razão sociológica e qualidade*. Brasília, UnB, 1988. Mimeo.
- MICELI, Sérgio. Condicionamentos do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, a. 5, v. 2, p. 5-26, out. 1987.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

- RAMOS, A. G. *O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das idéias*. Rio de Janeiro, 1953.
- _____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- _____. *O problema nacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- _____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- _____. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- _____. Discursos parlamentares. Brasília, *Anais da Câmara dos Deputados*, 1987.
- _____. A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. *Rev. Adm. Publ.*, a. 17, v. 1, p. 32-65, jan./mar. 1983.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Reinventando as humanidades. *Revista Humanidades*, n. 10, p. 5-16, 1982.
- SADEK, Maria Tereza. Análises sobre o pensamento social e político brasileiro. *BIP*, n. 12.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Preliminares de uma controvérsia metodológica. *Revista Civilização Brasileira*, n. 5-6, p. 77-94, mar. 1966.
- _____. A imaginação político-social brasileira. *Dados*, v. 67, n. 2/3, p. 182-193.
- _____. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*, v. 70, n. 7, p. 137-161.
- SCHWARTZMAN, S. A. A força do novo: por uma nova sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, a. 5, n. 2, p. 47-66, out. 1987.
- SIMPÓSIO GUERREIRO RAMOS, RAP (2). Fundação Getúlio Vargas. Vol. 17, abr./jun. 1983.
- SORJ, Bernardo. Crisis y horizontes de las ciencias sociales en América Latina, fev. 1988. Mimeo.
- TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

RESUMO

As trajetórias dos cientistas sociais Florestan Fernandes e Alberto Guerreiro Ramos, bem como a polêmica que travaram nos anos 50, iluminam aspectos importantes da vida acadêmica e política brasileira. Este artigo está organizado em quatro tópicos, a saber: a) Institucionalização da sociologia e ciclo populista; b) Balanços críticos do pensamento político-social brasileiro; c) Uma hipótese interpretativa: rupturas epistemológicas inversas; d) possibilidades e limites da conjugação de perspectivas.

ABSTRACT

Diverse aspects of the academic and political life of Brazil during the 60's are highlighted by the moves and polemic upheld during the 50's by two Brazilian social scientists, Florestan Fernandes and Alberto Guerreiro Ramos. This paper has four sections : a) Institutionalization of sociology and populist cycle, b) Critical evaluation of political and social Brazilian thought, c) An interpretative hypothesis: inverted epistemological ruptures, d) possibilities and limits of the conjunction of perspectives.

